



CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO III S.A.
CNPJ/MF nº 31.469.563/0001-57
Rodovia Presidente Dutra KM 260 - Rio das Ostras - RJ - 26260

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 202

Balanço Patrimonial (Em milhares de Reais)								
ATIVO		Nota	31/12/2023	31/12/2022	Nota	31/12/2023	31/12/2022	
Circulante								
Caixa e equivalente de caixa	7	486	3.832					
Concessionárias	8	2.296	2.111					
Impostos a compensar	9	1.059	1.104					
Estoque material de manutenção	11	3.846	2.762					
Despesas antecipadas	12	94	81					
Outros créditos	12	147	-					
Total		7.928	9.889					
Não circulante								
Partes relacionadas	10	39.425	44.737					
Imobilizado	13	151.921	155.334					
Intangível	14	12	13					
	191.358	200.084						
Total do ativo		199.286	209.973					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								
Demonstrações dos Fluxos da Caixa (Em milhares de Reais)								
		31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022		
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.272	557		Outras contas a pagar	(603)	(12)		
Depreciações	4.291	4.264		Caixa proveniente das atividades operacionais	8.622	12.508		
Juros provisão desmantelamento	30	246		Imposto de renda e contribuição social pagos	(542)	(752)		
Atualização monetária	92			Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais	8.080	11.756		
Ajuste a valor presente de arrendamentos	510	623		Fluxo de caixa das atividades de investimento				
	11.195	5.690		Adições ao imobilizado	(856)	(1.762)		
Variações em:				Baixa ao imobilizado	-	31		
Concessionárias		(185)	4.283	Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(856)	(1.731)		
Impostos a compensar		45	71	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Despesas antecipadas		(13)	(81)	Aumento de capital	135.847			
Material de consumo		(1.084)	(1.966)	Dividendos pagos	-	(1.836)		
Adiantamento a fornecedores				Adiantamento para futuro aumento de capital	(146.417)	(14.913)		
Outros créditos		(147)		Caixa líquido (aplicado) proveniente nas atividades de financiamento	(10.570)	(16.749)		
Fornecedores		(5.948)	1.716	Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.346)	(6.723)		
Impostos a pagar		50	(196)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	486	3.832		
Partes relacionadas		5.312	(79)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.832	10.555		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								
Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)								
1. CONTEXTO OPERACIONAL								
A Central Solar Pereira Barreto III ("Companhia" ou "PB III"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituida em setembro de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Solar Pereira Barreto III, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fuso na Rodovia SP 563, Sítio Pereira Barreto a Usina Três Irmãos, na cidade de Pereira Barreto, estado de São Paulo. 1.1. Autorização do Parque Solar Pereira Barreto III: Em 06 de maio de 2019 o Parque Solar foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 05 de maio de 2054. A Companhia em setembro de 2018 vendeu 10 MW médio de energia no Mercado Livre, por meio do projeto de geração solar: Pereira Barreto III, localizado no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Mercado Livre se deu pelo prazo de 15 anos. Conforme despacho ANEEL nº 3.250 o Parque Solar Pereira Barreto III iniciou sua operação comercial em 14 de outubro de 2021.								
Central Solar Pereira Barreto III								
Empresa								
Usinas		Central Solar Pereira Barreto III						
Modalidade		Produtor Independente						
Outorga		Autorização						
Estado		SP						
Capacidade instalada (MW)		41,90						
Data do início da operação		2018						
Autorização / Registro	Início	06/05/2019						
	Término	05/05/2054						
1.2. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$4.557, devido pagamentos aos fornecedores referentes a conclusão da construção do parque solar. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2024 será alcançado da seguinte forma (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu início em outubro de 2021.								
2. BASE DE PREPARAÇÃO								
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 11 de junho de 2024. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balancões patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.								
3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO								
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.								
4. JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS								
Ao preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 17); • Provisão para arrendamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 16); • Receita operacional líquida: (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita (nota explicativa nº 19); • Ativos financeiros: classificação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os diretores de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade, classificados como não circulante. • Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. • Receita operacional líquida: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida a ou receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O faturamento do suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte. • Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. • Ativos e passivos financeiros: Classificação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os diretores de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade, classificados como não circulante. • Operação de Hedge - liquido: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida a ou receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O faturamento do suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte. • Hedge de fluxo de caixa: A operação com instrumentos financeiros derivativos qualificados como hedge é realizada para proteger os fluxos de caixa da aquisição dos painéis solares e inversores para as parcelas em moeda estrangeira. São mensuradas as saídas de recurso (not. explicativa nº 17); • Provisão para arrendamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 16); • Receita operacional líquida: (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita (nota explicativa nº 19); • Ativos financeiros: classificação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os diretores de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade, classificados como não circulante. • Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. • Receita operacional líquida: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida a ou receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O faturamento do suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte. • Hedge de fluxo de caixa: A operação com instrumentos financeiros derivativos qualificados como hedge é realizada para proteger os fluxos de caixa da aquisição dos painéis solares e inversores para as parcelas em moeda estrangeira. São mensuradas as saídas de recurso (not. explicativa nº 17); • Provisão para arrendamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 16); • Receita operacional líquida: (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita (nota explicativa nº 19); • Ativos financeiros: classificação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os diretores de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade, classificados como não circulante. • Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. • Receita operacional líquida: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida a ou receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho								

Infraestrutura da Chave
Brasileira -



pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>

...continuação

CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO III S.A. | CNPJ/MF nº 31.469.563/0001-57

O saldo dos fornecedores corresponde substancialmente a aquisição de materiais e máquinas e equipamentos para construção do parque solar.

16. PROVISÃO PARA DESMANTELAMENTO

	31/12/2023	31/12/2022
Não circulante		
Desmantelamento	381	239
	381	239
A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:		
	Provisão	
Saldo em 31/12/2022	239	
Desmantelamento	112	
Atualização financeira	30	
Saldo em 31/12/2023	381	

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituidas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica solar para fazer face às respectivas responsabilidades a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para desmantelamento do Central Solar Pereira Barreto III está registrada em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa nº 13). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Solar. As provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras. A Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento periodicamente. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques solares foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experiências nesse tipo de atividade, projetado até ao fim de vida útil do parque solar com atualização pelo IGP-M, e, posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 16,25% a.a.

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2023	31/12/2022				
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Outras contas a pagar	352	5.614	5.966	53	6.005	6.058
Saldo em 31/12/2023	352	5.614	5.966	53	6.005	6.058

A Companhia avaliou os contratos de arrendamento de terrenos do parque solar, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo, em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa, no período de construção do parque solar, a Administração da Companhia autorizou os inícios das construções para o 2º semestre de 2020. A Companhia realizou o registro do montante em dezembro de 2023:

	31/12/2021	31/12/2022				
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Outras contas a pagar	352	5.614	5.966	53	6.005	6.058
Saldo em 31/12/2021	352	5.614	5.966	53	6.005	6.058
Adições	870					
Baixas	(320)					
AVP	627					
Pagamentos	(666)					
Saldo em 31/12/2022	6.058					
Adições	26					
AVP	510					
Pagamentos	(628)					
Saldo em 31/12/2023	5.966					

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, a taxa obtida foi de 13,56% a.a. para terrenos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2023 totalmente integralizado é de R\$ 170.594 (R\$ 34.747 em 31 de dezembro de 2022). O capital social é composto de 141.134.527 ações (mil) ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2023	31/12/2022		
	Nº de títulos	%	Nº de títulos	%
Acionistas				
EDP Renováveis S.A.	141.134.527	100%	34.747	100%
	141.134.527	100%	34.747	100%

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. 18.2. Destinariação do lucro: Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuiu qualquer impedimento em relação à distribuição de dividendos.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) apurado no exercício	5.669	-
Cobertura de prejuízo	(7)	
Constituição de reserva legal (5%) (a)	(283)	-
Lucro do exercício ajustado	5.379	-
Destinação do lucro ajustado	-	
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(1.345)	
Reserva de retenção de lucros (b)	(4.034)	
c) Reserva de lucros - legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantiém reserva no montante de R\$ 283 a título de reserva legal, não tendo constituído saldo em 2022 por já ter atingido o limite de 20% do capital social. d) Reservas de lucros: A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o montante de R\$ 4.034.		

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Energia comercializada no mercado de curto prazo	17.654	16.969

	31/12/2023	31/12/2022
Deduções à receita operacional		
PIS / COFINS	(651)	(619)
MWh comercializado	17.003	16.349
20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	90	90

	31/12/2023	31/12/2022
Custo do serviço com energia elétrica		
Não gerenciáveis		
Encargos de uso da rede elétrica	(2.248)	(2.819)
Custo do serviço de operação		
Gerenciáveis		
Depreciação e amortização	(4.291)	(4.264)
Materiais e serviços	(4.414)	(2.849)
Compartilhamento de custo	-	(834)
Outras despesas	(684)	(3.645)

Aos Administradores e Acionistas

Central Solar Pereira Barreto III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Pereira Barreto III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pelas demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades do auditor e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmen-

te designadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

te denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para